

Revisão integrativa da literatura feminista sobre família

Integrative review of feminist literature regarding family

Revisión integradora de la literatura familiar feminista

Lacilaura Bomtempo Lamounier Costa*
Rafael De Tilio**

Resumo

A presente revisão integrativa teve por objetivo compreender as características da família, abordadas pela literatura feminista, no período de 2008 a 2017. Foram realizadas buscas nas bases de dados LILACS, SciELO e PePSIC. Ao final do processo, foram recuperados 21 artigos que foram analisados em cinco categorias (família; público/privado; maternidade; trabalho e família; políticas públicas e leis). Os principais resultados evidenciaram a família como uma instituição constituída por meio de um contexto histórico e os feminismos como elementos que permitem reinterpretações desse sistema. Por fim, são importantes novos estudos que abordem a família para além dessas categorias estabelecidas.

Palavras-chave: *Feminismo; Feminista; Características da família; Relações familiares; Família.*

Abstract

This integrative review had as its objective to understand family characteristics addressed by feminist literature between 2008 to 2017. Searches were performed in the following databases: LILACS, SciELO and PePSIC. In the end of this process, 21 articles were retrieved and analyzed in five thematic categories (family; public/private spaces; motherhood; work and family; public

* Universidade Federal do Triângulo Mineiro, MG, Brasil. Laboratório de Pesquisas e Estudos em Sexualidade e Gênero (Hubris/UFTM). <http://orcid.org/0000-0003-4024-5371>. E-mail: lacilaura_lamounier@hotmail.com

** Universidade Federal do Triângulo Mineiro, MG, Brasil. <http://orcid.org/0000-0002-4240-9707>. E-mail: rafaeldetilio.uftm@gmail.com

policies and laws). The main results have evinced family as an institution constituted throughout a historical context and feminisms as elements which enable reinterpretations of this system. Finally, new studies that address the concept of family beyond these established categories are important.

Keywords: *Feminism; Feminist; Family characteristics; Family relationships; Family.*

Resumen

El propósito de esta revisión integradora fue conocer las características de la familia a la que se refiere la literatura feminista, de 2008 a 2017. Se hicieron búsquedas en las bases de datos LILACS, SciELO y PePSIC. Al final del proceso, se recuperaron 21 artículos que fueron analizados en cinco categorías (familia; público/privado; maternidad; trabajo y familia; políticas públicas y leyes). Los principales resultados mostraron la familia como una institución constituida por un contexto histórico y los feminismos como elementos que permiten reinterpretaciones de este sistema. Por último, son importantes nuevos estudios que aborden la familia más allá de estas categorías establecidas.

Palabras clave: *Feminismo; Feminista; Características de la familia; Relaciones familiares; La familia.*

Os movimentos feministas podem ser caracterizados como sendo compostos por diversificados movimentos sociais, que problematizam o lugar da mulher na sociedade, enfatizando sua emancipação e autonomia. Beauvoir (2009) argumentou que, de maneira geral, a tônica dos feminismos é a desnaturalização da categoria universal Mulher. Assim, Sarti (2004) esclareceu que o termo mulheres é mais adequado tendo em vista suas diversidades e complexidades.

Segundo Pinto (2010), mulheres que resistiram e lutaram contra opressão sempre existiram na história. Essa insubordinação e luta por liberdade sofreram retaliações ilustradas inclusive pela perda de suas vidas. Pinto (2010) elucidou que a primeira onda moderna dos feminismos, ocorrida na Inglaterra, nas últimas décadas do século XIX, enfatizou, mas se resumiu à reivindicação do sufrágio das mulheres. No Brasil, o direito das mulheres ao voto (consagrado em 1932) também marcou a primeira onda dos feminismos.

Após isso, novas pautas e demandas das mulheres ganharam destaque na denominada segunda onda dos feminismos. Para Pinto (2010),

os movimentos feministas, na Europa e nos Estados Unidos, na década de 1960, enfatizaram tanto a reivindicação por condições igualitárias, no espaço público (trabalho e educação formais), quanto demandas por maior emancipação e autonomia nas relações com os homens, em destaque a luta pelo direito de uso e de decisão sobre seus próprios corpos. Assim, a dominação estabelecida e exercida entre homens e mulheres foi evidenciada para além da (já conhecida) de classes, destacada pelo marxismo. Para Coelho (2016), a segunda onda dos movimentos feministas, no Brasil, ocorreu na década de 1970, e enfatizou os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres, combateu as violências e opressões de gênero e também se contrapôs à ditadura militar ao prezar pela democracia.

Coelho (2016) adverte que a terceira onda dos feminismos, iniciada na década de 1980, e continuada nas seguintes, destacou a artificialidade da categoria universal mulher, que deveria ser substituída por mulheres, devido às suas particularidades e diversidades – atualmente denominada perspectiva das interseccionalidades. Miskolci (2009) comentou que as teorias *queer* – que não têm como objeto exclusivo os feminismos, mas sim a análise das relações de poder estabelecidas pela heteronormatividade compulsória – contribuíram com as demandas femininas e das mulheres. *Grosso modo*, segundo o autor, as teorias *queer* podem ser compreendidas como aliadas aos movimentos feministas por serem formas de resistências às opressões entre os gêneros que prejudicam os sujeitos, tanto homens quanto mulheres. Ainda no escopo da terceira onda dos feminismos, Butler (2012) conceituou gênero como um *efeito* da performatividade, isto é, como resultado de atitudes historicamente constituídas, porém, justificadas e compreendidas *como se* fossem naturais e decorrentes da biologia dos corpos. Portanto, a autora questionou o binarismo de caráter fixo e estável entre mulheres e homens.

Por fim, a terceira onda dos feminismos foi marcada pelo crescente uso da *internet* e das redes sociovirtuais, por parte das militâncias políticas, visando evidenciar as opressões e violências contra as mulheres (Ferreira, 2015). Entretanto, diversas críticas foram direcionadas aos feminismos cibernéticos, dentre as quais está o fato de excluir parcela significativa das

mulheres sem acesso à *internet* e o ativismo “de sofá” de caráter individualista, isto é, com pouco engajamento com políticas públicas e/ou com coletividades.

Fascioli Álvarez (2015) comentou que, para os liberalismos político e econômico – cada vez mais presentes em nosso cotidiano – os espaços públicos e privados devem funcionar segundo regras distintas: enquanto o espaço público é caracterizado como o âmbito da política e do mercado de trabalho, ocupado prioritariamente por homens, o espaço privado é marcado pelo âmbito íntimo e familiar, organizado pelas mulheres e que não devem se imiscuir às atribuições do Estado e suas políticas públicas. Para a autora, essa separação repercute nas discussões sobre o tema família que, ora é concebida como ente privado e natural, que organiza as relações entre os gêneros e que não deve sofrer interferências externas e ora é concebida como passível de mudanças em seus formatos, modelos e dinâmicas. Assim, ainda para a autora, os movimentos feministas questionam as artificiais divisões entre os espaços públicos e privados, corroborando o fato de que as famílias sejam consideradas objetos de estudo, de investigações e intervenções das políticas públicas.

Prata e Santos (2007) argumentaram que os modelos e dinâmicas das famílias podem mudar nas várias sociedades, haja vista que elas são influenciadas pelas mudanças ocorridas ao longo da história. Assim, os modelos, formatos e dinâmicas considerados ideais de família estão relacionados aos interesses de grupos específicos em cada sociedade. No que se refere ao modelo idealizado de família monogâmica e heteronormativa, na nossa sociedade, Gomes e Santos (2016) argumentaram que esse padrão ganhou maior visibilidade e reconhecimento a partir dos esquemas de dominação do sistema de produção capitalista. Todavia, ainda de acordo com as autoras, mudanças e alterações recentes – tais como a ampliação dos direitos sexuais, a inserção da mulher no mercado formal de trabalho, o reconhecimento das homoafetividades e o declínio da autoridade paterna, dentre outras – neste modelo tradicional de família, resultaram na maior visibilidade de outras concepções e arranjos familiares.

Por fim, pode-se observar que os feminismos são caracterizados como um conjunto de movimentos sociais com diversidade de interesses

e de demandas, cujas diferenças teóricas e de práticas estabelecem estilos diversificados de militâncias e de ativismos. Neste sentido, considerando que os questionamentos dos modelos, formatos e de dinâmicas idealizados de família monogâmica e heteronormativa participam dos interesses dos movimentos feministas, é significativo e importante investigar as relações entre feminismos e famílias. Dessa forma, a presente revisão teve como objetivo compreender quais características da família são abordadas pela literatura feminista.

ASPECTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa é uma revisão integrativa de literatura¹ que, segundo Mendes, Silveira e Galvão (2008), ao sintetizar os métodos, objetivos e resultados de publicações com temas correlatos, permitem conclusões gerais sobre uma determinada área de estudo. Esta revisão adotou a seguinte questão norteadora baseada na estratégia PICO (acrônimo para Paciente, Intervenção, Comparação e Outcomes/Desfecho) (Santos, Pimenta & Nobre, 2007) para a recuperação de fontes: “Quais características da família são abordadas pela literatura feminista?”.

PROCEDIMENTOS DE COLETA E DE ANÁLISE DOS DADOS

A recuperação dos artigos ocorreu em maio de 2018, e foi realizada em um único dia, por dois juízes independentes com experiência nesse tipo de método de pesquisa. Caso houvesse discordância entre os juízes, um terceiro juiz seria convidado para rever a revisão – o que, contudo, não foi necessário.

Foram realizadas buscas nas bases de dados Literatura Latino-americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) e Periódicos Eletrônicos de Psicologia (PePSIC). Os critérios de inclusão das fontes foram os seguintes: artigo científico, exclusivamente; ter o(s) feminismo(s) como referenciais teóricos e/ou escopo argumentativo; abordar o tema família; publicado entre 2008 e 2017; publicado nos idiomas inglês, espanhol ou português; estar disponível

integral e gratuitamente na *internet*. Os critérios de exclusão foram: dissertações, teses, capítulos de livros, livros, cartas ou comentários do editor; fontes que não abordassem o tema família; fontes que não utilizassem escopos argumentativos ou referenciais teóricos feministas.

Assim, nas bases de dados LILACS, SciELO e PePSIC, o termo Feminismo OR Feminista foi cruzado com o descritor família². As fontes foram selecionadas e organizadas, segundo o disposto na Figura 1, que apresenta o fluxograma de recuperação das fontes para a composição do *corpus* final de artigos para a revisão: identificação das fontes (107 fontes localizadas); leitura de títulos (56 fontes selecionadas); leitura dos resumos (38 fontes selecionadas; dentre elas, nove repetições foram excluídas); leitura das fontes na íntegra (29 fontes selecionadas; após a leitura, oito fontes foram excluídas por não responderem aos critérios de inclusão); composição do *corpus* final de artigo para a revisão (21 fontes selecionadas para análise).

Estudos identificados na pesquisa nos bancos de dados: LILACS: 33; SciELO: 70; PePSIC: 4 (n = 107)
Leitura dos títulos: 51 artigos excluídos
Artigos selecionados pelos títulos: LILACS:14; SciELO: 40; PePSIC: 2 (n = 56)
Leitura dos resumos: 18 artigos excluídos
Artigos selecionados pelos resumos: LILACS: 12, SciELO: 25, PePSIC: 1 (n = 38)
9 artigos excluídos (repetidos), sendo: SciELO (2 artigos repetidos na própria base de dados), LILACS (6 artigos repetidos e mantidos na SciELO) e PePSIC (1 artigo repetido e mantido na LILACS)
Artigos selecionados para leitura na íntegra: LILACS: 6; SciELO: 23; PePSIC: 0 (n =29)
Após a leitura, na íntegra, foram excluídos 8 artigos: 3 por não terem como referencial teórico o feminismo, 1 por não abordar a família, 2 por serem resenhas de livros, 1 por ser tese de doutorado, 1 por não ser do período 2008 a 2017
Escopo final da revisão: LILACS: 3; SciELO: 18; PePSIC: 0 (n =21)

Figura 1. Fluxograma de seleção dos artigos.

As principais características das fontes que compuseram o *corpus* foram descritas em termos quantitativos (ano de publicação, país, periódico, tipo de estudo, gênero do primeiro autor e as características da família abordadas); e em termos qualitativos, por meio de uma análise de conteúdo temática (Braun & Clarke, 2006) em categorias compostas *a posteriori* (definições de família; relações entre espaços públicos e privados; maternidade; trabalho e família; políticas públicas e leis).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os 21 artigos que compuseram o *corpus* desta revisão são: Andrade (2015), Borges e Spink (2009), Cardacci e Bringas (2011), Comas d'Argemir (2014), Cordovil (2016), Dios-Valejjo (2014), Giallorenzi (2017), Gomes (2011), Labrin (2012), Lago, Souza, Kaszubowski e Soares (2009), Mariano e Carloto (2009), Medalozzo, Martins e Shiratori (2010), Montesó Curto (2014), Negrão (2012), Saletti-Cuesta, Delgado e Ortiz-Gómez (2014), Severi (2017), Sierra e Alviar (2015), Silva, Nogueira e Neves (2010), Tarducci (2013), Timm, Pereira e Gontijo (2011), e Torralbo (2013).

Descrição Quantitativa

- **Ano de publicação:** No período contemplado nesta revisão (2008 a 2017), foi publicada uma média de 2,3 artigos por ano. De maneira detalhada, foram publicados 2 (dois) artigos, em 2017, (Giallorenzi, 2017; Severi, 2017); 1 (um) em 2016 (Cordovil, 2016); 2 (dois) em 2015 (Andrade, 2015; Sierra & Alviar, 2015); 4 (quatro) em 2014 (Comas d'Argemir, 2014; Dios-Valejjo, 2014; Montesó Curto, 2014; Saletti-Cuesta *et al*, 2014); 2 (dois) em 2013 (Tarducci, 2013; Torralbo, 2013); 2 (dois) em 2012 (Labrin, 2012; Negrão, 2012); 3 (três) em 2011 (Cardacci & Bringas, 2011; Gomes, 2011; Timm *et al*, 2011); 2 (dois) em 2010 (Medalozzo *et al*, 2010; Silva *et al*, 2010) e 3 (três) em 2009 (Borges & Spink, 2009; Lago *et al*, 2009; Mariano & Carloto, 2009). Dessa forma,

pode-se perceber que, o ano de 2014 foi o ano no qual mais artigos que respondiam à questão norteadora da pesquisa foram publicados, contando quase com o dobro do que a média por ano.

- **País:** Em relação aos países nos quais os artigos foram publicados, dez foram publicados no Brasil (Andrade, 2015; Borges & Spink, 2009; Gomes, 2011; Lago *et al*, 2009; Mariano & Carlotto, 2009; Medalozzo *et al*, 2010; Negrão, 2012; Severi, 2017; Silva *et al*, 2015; Timm *et al*, 2011); um na Costa Rica (Giallonrezi, 2017); um na Colômbia (Sierra & Alviar, 2015); um em Portugal (Cordovil, 2016); um na Argentina (Comas d'Argemir, 2011); dois na Espanha (Montesó Curto, 2014; Saletti-Cuesta *et al*, 2014) e cinco no México (Cardacci & Spink, 2009; Dios-Vilejjo, 2014; Labrin, 2012; Tarducci, 2013; Torralbo, 2013). Percebe-se a preponderância de publicações latino-americanas a respeito da temática. Isso pode ser compreendido como um reflexo de um contexto político marcado pelas militâncias feministas que, nesses países, em anos recentes, têm enfrentado grupos tradicionalistas e conservadores, tanto em relação aos aspectos de gênero quanto de modelos, formatos e dinâmicas de famílias.
- **Periódicos:** As fontes recuperadas foram publicadas em uma ampla diversidade de periódicos científicos. O periódico que mais publicou artigos sobre a temática foi o *La Ventana: Revista de Estudios de Género* com 4 (quatro) artigos (Cardacci & Bringas, 2011; Labrin, 2012; Tarducci, 2013; Torralbo, 2013). O periódico brasileiro com mais fontes recuperadas foi a *Revista Estudos Feministas*, com duas publicações (Mariano & Carlotto, 2009; Medalozzo *et al*, 2010). Dos periódicos em questão, três são da área específica da temática (*La ventana: Revista de Estudios de Género; Revista de Estudios feministas; Estudios sobre feminismo y género*), contando com oito publicações, correspondendo a aproximadamente 38% do total. Isso demonstra que estudos na área são mais comumente publicados em periódicos especializados na temática.
- **Tipo de Estudo:** No que se refere ao tipo de pesquisa, 9 (nove) são empíricos (Cardacci & Bringas 2011; Cordovil, 2016; Gomes, 2011; Labrin, 2012; Lago *et al*, 2009; Medalozzo *et al.*, 2010; Saletti-Cuesta, Delgado, & Ortiz-Gómes, 2014; Silva, Nogueira & Neves, 2010; Timm

et al, 2011) e doze são teóricos (Andrade 2015; Borges & Spink, 2009; Comas d'Argemir, 2014; Dios-Valejjo, 2014; Giallorenzi, 2017; Mariano & Carloto, 2009; Montesó Curto, 2014; Negrão, 2012; Severi, 2017; Sierra & Alviar, 2015; Tarducci, 2013; Torralbo, 2013).

- **Gênero do(a) primeiro(a) autor(a):** Todos os artigos recuperados foram produzidos por mulheres. Isso evidencia um protagonismo feminino no que se refere às pautas e demandas das mulheres.
- **Características da família abordadas pelos artigos:** Os principais temas abordados nas fontes recuperadas (considerando que cada uma delas poderia possuir mais de um tema) constam na Tabela 1. A discussão sobre os temas é aprofundada na descrição qualitativa dos dados.

Tabela 1 – Principais temas abordados nas fontes recuperadas

Tema 1. Definições de família	Borges & Spink (2009) Cordovil (2016) Tarducci (2013) Torrobaldo (2013)
Tema 2. Relações entre espaços públicos e privados	Giallorenzi (2017) Lago et al (2009) Timm et al (2011)
Tema 3. Maternidade	Dios-Valejjo (2014) Giallorenzi (2017)
Tema 4. Trabalho e família	Andrade (2015) Labrin (2012) Lago et al (2009) Medalozzo et al (2010) Montesó Curto (2014) Saletti-Cuesta et al (2014) Severi (2017) Silva et al (2015)
Tema 5. Políticas públicas e leis	Cardacci & Bringas (2011) Comas d'Argemir (2014) Gomes (2011) Mariano & Carloto (2009) Negrão (2012) Sierra & Avilar (2015) Tarducci (2013)

Descrição qualitativa

A análise qualitativa foi realizada em categorias temáticas constituídas *a posteriori*, que destacaram os principais temas contemplados pelos artigos.

Categoria 1 – Definições de família

Alguns artigos recuperados tinham como tema as conceituações, definições e explanações sobre a composição e a dinâmica familiar (Borges & Spink, 2009; Cordovil, 2016; Tarducci, 2013; Torrobaldo, 2013). Todos eles destacavam a preocupação das teorizações e das práticas feministas com a necessidade de questionar as naturalizações e idealizações dessa instituição que, apesar de seus aspectos positivos, também produz variados tipos de violências dentre seus integrantes.

Todavia, mesmo que Torralbo (2013) argumente que mudanças podem ser observadas nas relações entre os gêneros, muitos dos tradicionalismos e das desigualdades permanecem no seio das famílias. Por isso, uma das principais contribuições dos movimentos feministas é a crítica à idealização da família nuclear, monogâmica e heterossexual, possibilitando desnaturalizar violências, opressões e relações de poder. Posição similar é apresentada por Tarducci (2013), ao destacar os feminismos como relevantes para a compreensão crítica das relações de poder nas famílias e seu envolvimento com temáticas tais como o espaço privado/familiar, a contextualização histórica de valores como amor, maternidade e sexualidade – desvelando relações de poder e violências.

Um dos aspectos relevantes para as conceituações e práticas das famílias na ocidentalidade são as influências dos valores (morais) religiosos. Tendo isso em vista, Cordovil (2016) estudou as relações entre algumas tradições religiosas não europeias – *wicca* e afro-brasileiras – e suas repercussões para as relações de gênero e os papéis atribuídos aos integrantes das famílias. Diferentemente das religiões de tradição europeia, a autora aponta a existência de discursos e de práticas relacionadas aos feminismos e à valorização da mulher em lideranças da *wicca*, e um dos pontos

destacados é que essa tradição aposta nas mudanças na vida privada como forma de transformação social. Já ao que se refere às religiões de tradição afro-brasileiras, a autora também destaca o empoderamento e o protagonismo das mulheres. Assim, ambas tradições religiosas contribuem para a reconfiguração e desconstrução das relações tradicionais entre homens (dominadores) e mulheres (dominadas) nas famílias.

Esses elementos encontram respaldo na literatura da área. Por exemplo, Prata e Santos (2007) argumentaram que os modelos e dinâmicas de famílias mudam mediante as especificidades culturais e contextuais de cada período histórico. Portanto, seria impossível considerar a existência de apenas um modelo de família. Neste sentido, Fonseca (2007) destacou que os modelos de famílias são espaços atravessados por forças externas (mercado de trabalho, condições culturais, regras de parentesco, acesso aos bens culturais etc.), que não se limitam ao espaço doméstico. As transformações sociais, ocorridas nas últimas décadas, e os questionamentos do padrão heteronormativo e nuclear de família, possibilitados pelos feminismos, dão visibilidade às múltiplas possibilidades de dinâmicas e arranjos familiares. Por exemplo, Borges e Spink (2009) apontaram um duplo efeito ao explanarem sobre a lesbianidade em uma novela: por um lado, ocorreu um processo de assimilação do termo lésbica pelo público em geral, proporcionando a “familiarização” com o assunto e permitindo maior circulação de códigos/modelos que possibilitam a legitimação de relações entre pessoas do mesmo sexo – portanto, diferentes da heteronormatividade; por outro lado, essa “novidade” não fez desaparecer automaticamente as normas e os modelos hegemônicos, pautados na ideia do casal monogâmico e heterossexual, cuja referência se inscreve na biologia (macho e fêmea).

De uma forma geral, evidencia-se que a família é uma instituição constituída pelo contexto social, histórico, econômico e que está em constantes mudanças, sendo que os feminismos são elementos fundamentais para essas alterações.

Categoria 2 – Relações entre espaços públicos e privados

Outro conjunto de fontes destaca as problematizações entre os espaços públicos e privados (Giallorenzi, 2017; Lago *et al*, 2009; Timm *et al*, 2011). Para Giallorenzi (2017), as teorias e as práticas feministas, desde os anos 1970, tiveram como pressuposto o mote “o pessoal é político”, isto é, esses movimentos feministas destacaram que as opressões das mulheres, no âmbito privado, sustentam a subordinação e as desigualdades vivenciadas por elas em outros espaços privados/domésticos e públicos.

Em consonância com esse argumento, Timm *et al* (2011) caracterizam o espaço privado como aquele atrelado à esfera da intimidade e como pano de fundo, privilegiado para a ocorrência de diversos tipos de violências. Por meio das teorias e ativismos feministas, a violência doméstica ganhou visibilidade, passando por análises que desvelaram os interesses patriarcais que, para serem adequadamente enfrentados, demandavam por políticas de segurança e de saúde públicas. Nesse sentido, as autoras propõem uma clínica psicológica fundamentada no feminismo. A perspectiva feminista é incluída no debate sobre a violência, ao destacar as repercussões do sistema patriarcal na permanência das mulheres em situações de violências. Ademais, os feminismos auxiliam na compreensão da produção e reprodução da violência (especialmente a doméstica e a familiar) contra as mulheres, como um fenômeno social silenciado e invisibilizado pelos costumes, hábitos e ciências androcêntricas.

No mesmo sentido, Lago *et al* (2009) argumentam que uma das dicotomias que constituíram o pensamento moderno foi a separação entre os espaços públicos e privados que, na realidade, é artificial, mas que respondia aos interesses dos liberalismos político e econômico e à consolidação do capitalismo. As autoras explicam que as mulheres foram relegadas ao espaço doméstico, cumprindo funções menos valorizadas, enquanto que, aos homens, eram possibilitados o acesso e o usufruto dos espaços públicos. Por isso, para as autoras, os feminismos de segunda onda (década de 1960, nos Estados Unidos e Europa, e década de 1970, no Brasil) foram marcados pelas lutas, tanto pela igualdade de direitos quanto pelo reconhecimento das diferenças/particularidades das mulheres.

Com isso, evidencia-se que as teorias e as práticas feministas contribuíram para a politização do espaço privado e das famílias, desvelando uma série de opressões que ainda ocorrem nos âmbitos privados e também perpassam os espaços públicos, mas que, muitas vezes, são consideradas naturais – quando na realidade correspondem aos privilégios dos homens. Novas configurações e dinâmicas de interações e de atitudes de gêneros são possibilitadas a partir dos questionamentos das funções até então consideradas femininas, tal como o cuidado dos descendentes – tema discutido na próxima categoria.

Categoria 3 – Maternidade

Duas fontes recuperadas destacaram como uma das principais contribuições dos movimentos feministas o questionamento de que os cuidados dos descendentes deveriam ser de responsabilidade exclusiva das mulheres (Dios-Valejjo, 2014; Giallorenzi, 2017). Isso ocorreria porque a feminilidade, a maternidade e a maternagem (cuidados para com os descendentes) foram historicamente articulados na tradição europeia cristã.

Dios-Valejjo (2014) explica que a sexualidade feminina foi relacionada à maternidade (reprodução biológica) e direcionada à produção do prazer dos outros (homens), ressaltando ser sua obrigação oferecer prazer sexual para os homens e ser mãe de seus filhos, cuidando e possibilitando o bom desenvolvimento dos outros e da sociedade. Nesse sentido, a autora aponta que a família, a maternidade e a conjugalidade são aspectos atribuídos como centrais na vida feminina, na medida em que esse é um papel apresentado como regra. Além disso, a autora argumenta que inculcar a ideia de ser “mãe” nas mulheres corresponde a subordiná-las aos interesses dos homens.

Por sua vez, Giallorenzi (2017) realizou uma análise crítica quanto à construção histórica da maternidade, destacando as contribuições feministas para a compreensão e o questionamento dos discursos normativos e idealizadores sobre maternidade e família; isso, segundo a autora, permite desnaturalizar as dominações e opressões estabelecidas. A autora, em consonância com os argumentos de Badinter (1991) e Beauvoir (2009),

faz uma retomada histórica da construção da valorização da maternidade, destacando que a noção moderna de maternidade e seu elevado destaque foram estabelecidos no final do século XVIII – portanto, não se trata de um traço natural do caráter ou das disposições das mulheres, mas sim de elementos culturais específicos. Badinter (1991) é uma importante autora que compreende a maternidade a partir da ideia do mito do amor materno, isto é, a suposição de a maternidade estar necessariamente ligada ao afeto e a certas atitudes e funções; possui estreita relação com o desenvolvimento e estabelecimento do capitalismo – em outras palavras: interligação entre as esferas econômicas e os discursos sobre família e da maternidade. De maneira semelhante, Beauvoir (2009) fez uma análise acerca da maternidade, principalmente sobre os discursos que alegavam ser o casamento e a maternidade o suposto destino final e indiscutível das mulheres. Assim, ambas autoras – cada qual a sua maneira – questionam esses papéis rígidos atribuídos às mulheres.

Dessa forma, Giallorenzi (2017) ainda argumenta que a importância dos feminismos também se evidencia no questionamento acerca da distribuição de poder nas sociedades e, assim, contribui para a elaboração de estratégias e políticas públicas mais equitativas, visando reequilibrar as relações de poder entre os gêneros. Pinto (2010) argumenta que a segunda onda dos feminismos destacou como pauta a autonomia das mulheres em relação a suas experiências sexuais e corpos, o que implicou nos questionamentos das normas e expectativas quanto à sexualidade; disso decorreram novas pautas, demandas e novas percepções sobre as mulheres. Pinto (2010) também argumenta que as teorias e práticas feministas questionaram que os aspectos considerados até então naturais das mulheres – e, igualmente, seus silenciamentos – eram o ponto central de sustentação do patriarcado. Desse modo, as perspectivas feministas passaram a questionar os valores atribuídos como sendo naturais às mulheres, especialmente a suposta obrigatoriedade de serem mães.

Portanto, observa-se, por meio das leituras dos artigos recuperados desse tema, que os feminismos têm se preocupado com a forma pela qual a cultura, a sociedade e as normas constituem conceitos e organizam práticas distintas para homens e mulheres. No que se refere à família – e

especificamente à maternidade – evidencia-se o questionamento dos valores e atitudes que sustentam os interesses particulares dos homens em detrimento das mulheres. Ademais, as fontes recuperadas auxiliam a questionar a centralidade da vida familiar e da maternidade em detrimento de outros aspectos da vida das mulheres – como, por exemplo, as dificuldades de inserção no mercado de trabalho formal, que será explorado no próximo item.

Categoria 4 – Trabalho e família

Outro conjunto de fontes destaca as relações entre trabalho, família e relações entre os gêneros (Andrade, 2015; Labrin, 2012; Lago *et al*, 2009; Medallozzo *et al*, 2010; Montesó Curto, 2014; Saletti-Cuesta *et al*, 2014; Severi, 2017; Silva *et al*, 2015).

O tema da divisão sexual do trabalho foi abordado pelos feminismos e baliza as discussões acerca dos lugares ocupados pelas mulheres na sociedade. Andrade (2015) esclarece que as tarefas domésticas, realizadas principalmente por mulheres, não eram – e ainda não são plenamente – consideradas como trabalho, mas sim como uma atividade normal/natural da feminilidade, implicando em uma não identificação dessas mulheres como trabalhadoras. Segundo a autora, apenas com as militâncias dos movimentos feministas marxistas, nas décadas iniciais do século XX, é que começou a ser mais frequente e incidente o questionamento da divisão sexual do trabalho, que destinava os homens aos trabalhos em espaços públicos e as mulheres aos trabalhos nos espaços privados/domésticos, sustentando as desigualdades entre os gêneros. Dando continuidade a essa argumentação, Severi (2017) reforça que essas desigualdades entre os gêneros são os pináculos do capitalismo, por reforçarem tanto a dependência econômica das mulheres quanto sua exclusão da vida pública e, por isso, tanto a inserção das mulheres em trabalhos em espaços públicos, quanto o reconhecimento das atividades domésticas como trabalhos formais seriam essenciais para a emancipação feminina e a correção das desigualdades sociais.

Contudo, a plena inserção das mulheres no mercado de trabalho formal, o reconhecimento dos trabalhos domésticos como trabalhos e a reordenação da divisão do trabalho doméstico, entre homens e mulheres, não ocorrem plenamente ainda hoje. Andrade (2015) e Medallo et al (2010) explanam que, apesar de terem ocorrido significativas mudanças (inserção incipiente das mulheres no mercado formal de trabalho e na educação), isso não ocorre de maneira similar em todas as classes sociais, pois ainda há uma delegação do trabalho doméstico para outras mulheres (babás, faxineiras, cozinheiras, cuidadoras), replicando a submissão feminina quanto aos trabalhos precários e subvalorizados, além do acúmulo de tarefas domésticas com as tarefas extradomésticas – denominado de dupla jornada de trabalho feminina, que ocorre em todas as classes sociais (Silva et al, 2015). De maneira similar, Lago et al (2009) apontam que o trabalho doméstico, realizado por homens, é costumeiramente referido como ajuda ou auxílio, isto é, não como uma responsabilidade, reiterando a sobrecarga feminina.

Considerando outros aspectos dessas relações, Saletti-Cuesta et al (2014) destacaram que mesmo mulheres com profissões com elevado reconhecimento social organizam seus compromissos profissionais a partir das rotinas do ambiente familiar. Labrin (2012) também demonstrou o quanto a maternidade impacta (atrasando, quando comparada com seus parceiros) o desenvolvimento da carreira de mulheres acadêmicas. Montesó Curto (2012) argumentou que existem áreas e espaços de atividades laborais que são simbolizadas como femininos ou feminilizados, especialmente os trabalhos relacionados aos cuidados de outrem; segundo a autora, não por acaso posições de autoridade (e não de afetuosidade) são associadas às figuras masculinas.

Com relação às medidas para o enfretamento dessas desigualdades, os autores destacam a necessidade de alterações nas distribuições de recursos e de poder entre os gêneros nos espaços públicos e nos espaços privados/domésticos. Por fim, de maneira geral, o conjunto de fontes recuperadas neste tema evidencia o desafio das mulheres em conciliar trabalho formal e vida familiar, destacando a centralidade dos aspectos privados na vida das

mulheres. Disso decorre a necessidade de redistribuir funções e papéis de maneira equitativa entre os gêneros e os integrantes das famílias, que pode ser obtido a partir de políticas públicas e dispositivos legais.

Categoria 5 – Políticas públicas e leis

Outro conjunto de fontes ressaltou a relevância das políticas públicas e de leis na manutenção ou no enfrentamento das desigualdades entre homens e mulheres e suas relações com a família (Cardacci & Bringas, 2011; Comas d'Argemir, 2014; Gomes, 2011; Mariano & Carloto, 2009; Negrão, 2012; Sierra & Avilar, 2015; Tarducci, 2013).

A mobilização dos movimentos feministas implica em maior visibilidade de novas dinâmicas, formatos e modelos de famílias que devem ser considerados nas agendas e preocupações dos formuladores de políticas públicas. Sierra e Avilar (2015) explicam que as leis legitimam o que se considera família numa sociedade. Neste sentido, Comas d'Argemir (2014) destaca a família como uma construção ideológica, isto é, uma instituição dependente das relações de poder entre os grupos de uma sociedade, mas para a qual, de maneira geral, é atribuída a responsabilidade de cuidar de seus membros. Por isso, para esses autores e para Tarducci (2013), se por um lado as leis que legitimam as famílias e as relações entre seus integrantes estão articuladas aos seus contextos/intencionalidades de formulação e, assim, se mudanças sociais que atingem as dinâmicas/formatos das famílias requerem reformulações legislativas constantes (porém, vagarosas), para organizar o reconhecimento e a distribuição dos direitos, por outro lado, as leis igualmente podem ser formuladas com a intenção de estimular mudanças nas composições familiares e na distribuição dos direitos. Ou, em outras palavras: os tradicionalismos e as desigualdades podem ser criticados e combatidos.

Segundo Tarducci (2013), o sistema legal deveria enfatizar os direitos sexuais dos sujeitos (principalmente das mulheres) e não os direitos reprodutivos, haja vista que estes replicam a dominação masculina e a subordinação feminina. Isso seria importante porque, segundo Faúndes (2013), as leis, no geral, são permeadas por resistências justificadas por valores ou

preceitos religiosos de caráter tradicionalistas, isto é, que atendem principalmente aos interesses dos homens. Daí a importância para Cardacci e Bringas (2011) de os feminismos lutarem por um estado laico quanto às questões de gênero e de sexualidade.

No que se refere ao contexto brasileiro, Negrão (2012) explica que os direitos sexuais e reprodutivos das famílias estão organizados em diversos dispositivos legais e são efetivados, por exemplo, por meio de políticas públicas específicas, referentes ao planejamento familiar que, no caso, tem como base os princípios da não coerção e da escolha informada e responsável por parte do casal e, principalmente, por parte das mulheres. Neste sentido, elas podem ser consideradas inclusivas e defensoras dos interesses das mulheres.

Outra política pública que pretende defender os interesses das mulheres e que foi amplamente incentivada pelos movimentos feministas foi o Programa Bolsa Família – renomeado como Auxílio Brasil, em 2021. Gomes (2011) e Mariano e Carloto (2009), ao analisarem o perfil das famílias beneficiárias desse programa, destacaram que um terço delas é chefiada por mulheres negras e/ou pardas, e que aproximadamente um quinto delas é de famílias monoparentais femininas (mães solteiras). Para Gomes (2011), justamente por isso as famílias beneficiadas pelo programa são identificadas e cadastradas a partir da figura da mulher e não pela do homem, possibilitando melhorias nas vidas delas e nas dos seus dependentes (aumento da independência financeira; maior influência no planejamento dos gastos; incremento do sentimento de respeito e dignidade ao aumentar sua influência no âmbito familiar e na comunidade). Para Mariano e Carloto (2009), esse programa social beneficia um dos estratos populacionais em maior situação de vulnerabilidade e risco psicossocial (mulheres negras e pobres), ao incluir a categoria gênero nas análises sociológicas e nas estratégias das políticas públicas de enfrentamento das desigualdades sociais que repercutem nos espaços familiares.

Por fim, considerando o conjunto de fontes recuperadas nesta categoria, evidencia-se que os feminismos pretendem tanto questionar os tradicionalismos que (re)produzem desigualdades entre homens e mulheres, nas famílias, quanto produzir alterações nessas relações e instituições que

podem ser exemplificadas pelas discussões sobre direitos sexuais (e não somente sobre os direitos reprodutivos das mulheres), sobre políticas relacionadas à parentalidade e sobre programas de transferência de renda, tendo como referência as mulheres chefes de famílias. Contudo, ainda há resistências estruturais de uma sociedade patriarcal que dificultam a efetiva emancipação feminina.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A família é uma instituição que responde às necessidades das culturas e dos contextos históricos específicos, sendo objeto de estudo e questionamento por parte dos movimentos feministas e dos feminismos que recusam seu caráter fixo, estável e imutável. Neste sentido, o presente estudo teve como objetivo compreender quais características da família são abordadas pela literatura feminista.

Os principais resultados destacaram que: a maioria das fontes recuperadas foi publicada no ano de 2014; possuíam origem latino-americana; tinham autoria de mulheres exclusivamente; eram na maioria pesquisas teóricas; foram publicadas em revistas científicas especializadas na área dos estudos de gênero. Além disso, elas abordavam os seguintes temas de interesse dos feminismos: definições sobre família, destacando seu caráter histórico e contextual, permitindo, assim, mudanças; suas relações com os aspectos e espaços públicos e privados, ou seja, a importância de considerar as relações e as mútuas influências entre esses espaços, ao destacar as opressões e violências ocorridas nas intimidades das famílias, além da existência de outras composições e dinâmicas familiares que não as monogâmicas e heteronormativas; a maternidade, especialmente quanto ao questionamento dos valores tradicionalistas que centralizam a vida das mulheres nos espaços domésticos e em relação aos cuidados dos dependentes e neste sentido uma redistribuição dos papéis e funções entre os integrantes das famílias se faz necessária; as relações entre trabalho e família que, de maneira geral, sobrecarregam as mulheres devido tanto à dupla jornada de trabalho, quanto ao não reconhecimento de suas atividades domésticas como trabalhos não remunerados; e, por fim, o papel

das políticas públicas e das leis de proteção social e/ou de transferência de renda que pretendem enfrentar as desigualdades entre os integrantes das famílias, dando centralidade às mulheres.

Essa pesquisa possui algumas limitações como, por exemplo, o fato de os feminismos não serem uníssomos (nem teórico nem politicamente), sendo necessário explorar suas diversidades e especificidades. Além disso, essa revisão, em sua estratégia de recuperação de fontes, contemplou apenas artigos científicos publicados na íntegra e com acesso gratuito, excluindo produções informais, livros, capítulos de livros, teses e dissertações e outras publicações que, certamente, podem contribuir para a compreensão do tema. Daí a necessidade de outras pesquisas sobre esse relevante tema.

REFERÊNCIAS

- Andrade, J. E. (2015). O feminismo marxista e a demanda pela socialização do trabalho doméstico e do cuidado com as crianças. *Revista Brasileira de Ciência Política*, 18, 265-300. <https://dx.doi.org/10.1590/0103-335220151810>
- Badinter, E. (1985). *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. Rio de Janeiro, RJ: Nova Fronteira.
- Beauvoir, S. (2009). *O Segundo Sexo*. Rio de Janeiro, RJ: Nova Fronteira.
- Borges, L. S., & Spink, M. J. P. (2009). Repertórios sobre lesbianidade na mídia televisiva: desestabilização de modelos hegemônicos. *Psicologia & Sociedade*, 21(3), 442-452. <https://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822009000300018>
- Braun, V., & Clarke, V. (2006) Using thematic analysis in Psychology. *Qualitative Research in Psychology*, 3(2), 77-101. <http://dx.doi.org/10.1191/1478088706qp0630a>
- Butler, J. (2012). *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira.
- Cardacci, D., & Bringas, S. A. (2011). La fertilización asistida en la agenda de los grupos feministas mexicanos. La ventana – Revista de *estudios de género*, 4(33), 242-276. Recuperado de: http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1405-94362011000100010

- Coelho, M. P. (2016). Vozes que ecoam: feminismo e mídias sociais. *Pesquisas e Práticas psicossociais*, 11(1), 214-224. Recuperado de: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-89082016000100017
- Comas d'Argemir, D. (2014). Los cuidados y sus máscaras: retos para la antropología feminista. *Mora (Buenos Aires)*, 20(1), 167-182. Recuperado de: <http://revistascientificas.filo.uba.ar/index.php/mora/article/view/2339>
- Cordovil, D. (2016). Espiritualidades feministas: relações de gênero e padrões de família entre adeptos da wicca e do candomblé no Brasil. *Revista Crítica de Ciências Sociais (Coimbra)*, (110), 117-140. <http://dx.doi.org/10.4000/rccs.6410>
- Dios-Valejjo, D. S. (2014). Equidad de género y embarazo. *Perinatología y Reproducción humana*, 28(2), 71-78. Recuperado de: http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&id=So187-53372014000200002
- Fascioli Álvarez, A. C. (2017). ¿Es la vida familiar relevante para la justicia social? *Ideas y Valores*, 66(163), 81-103. <http://dx.doi.org/10.15446/ideasyvalores.v66n163.49543>
- Faúndes, J. M. M. (2007). Feminismo, Iglesia Católica y derechos sexuales y reproductivos en el Chile post-dictatorial. *Revista Estudos Feministas*, 21(2), 485-508. <https://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2013000200004>
- Ferreira, C. B. C. (2015). Feminismo Web: linhas de ação e maneiras de atuação no debate feminista contemporâneo. *Cadernos Pagu*, 44, 199-228. <https://dx.doi.org/10.1590/1809-4449201500440199>
- Fonseca, C. (2007). Apresentação de família, reprodução e parentesco: algumas considerações. *Cadernos Pagu*, 29, 9-35. <https://dx.doi.org/10.1590/S0104-83332007000200002>
- Giallorenzi, M. L. (2017). Crítica feminista sobre la noción de la buena madre. *Revista Reflexiones*, 96(1), 87-95. <https://doi.org/10.15517/rr.v96i1.30634>

- Gomes, I. C., & Santos, C. V. M. (2016). The L Word: discussões em torno da parentalidade lésbica. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 36(1), 101-115. <http://dx.doi.org/10.1590/1982-3703000092014>
- Gomes, S. S. R. (2011). Notas preliminares de uma crítica feminista aos programas de transferência direta de renda: o caso do Bolsa Família no Brasil. *Textos e Contextos*, 10(1), 69-81. Recuperado de: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/8560>
- Labrin, M. (2012). Ser o no ser: tensión entre familia, subjetividad femenina y trabajo académico en Chile: un análisis de desde la psicología feminista. *La Ventana – Revista de estudios de género*, 4(35), 133-163. Recuperado de: http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1405-94362012000100006&lng=es&nrm=iso
- Lago, M. C. S., Souza, C. D., Kaszubowski, E., & Soares, M. S. (2009). Gênero, gerações e espaço doméstico: trabalho, casa e família. *Paidéia*, 19(44), 357-366. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-863X2009000300010>
- Mariano, S. A., & Carloto, C. M. (2009). Gênero e combate à pobreza: programa bolsa família. *Revista Estudos Feministas*, 17(3), 901-908. <https://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2009000300018>
- Medalozzo, R., Martins, R., & Shiratori, L. (2010). Participação no mercado de trabalho e no trabalho doméstico: homens e mulheres têm condições iguais? *Revista Estudos Feministas*, 18(2), 547-566. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2010000200015>
- Mendes, K. D., Silveira, R. C. C. P., & Galvão, C. M. (2008). Revisão integrativa: métodos de pesquisa para incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. *Texto Contexto Enfermagem*, 17(4), 758-64. <https://dx.doi.org/10.1590/S0104-07072008000400018>
- Miskolci, R. (2009). A Teoria Queer e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. *Sociologias*, 11(21), 150-182. <http://dx.doi.org/10.1590/S1517-45222009000100008>
- Montesó Curto, P. (2014). Dificultades para el avance de las mujeres: diferentes teorías sociológicas. *Enfermaria Global*, 13(36), 265-274. Recuperado de: http://scielo.isciii.es/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1695-61412014000400014

- Negrão, T. (2012). Uma ação sinérgica por direitos reprodutivos: uma história sem fim. *Saúde e Sociedade*, 21(1), 164-176. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-12902012000500014>
- Pinto, C. R. J. (2010). Feminismo, história e poder. *Revista de Sociologia e Política*, 18(36), 15-23. <https://dx.doi.org/10.1590/S0104-44782010000200003>
- Prata, E. M. M., & Santos, M. A. (2007). Família e adolescência: a influência do contexto familiar no desenvolvimento psicológico de seus membros. *Psicologia em Estudo*, 12(2), 247-256. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-73722007000200005>
- Saletti-Cuesta, L., Delgado, A., & Ortiz-Gómez, T. (2014). Género y trayectorias profesionales de las médicas de familia en Andalucía, España, a comienzos del siglo XXI. *Salud Colectiva*, 10(3), 313-323. Recuperado de: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5391829>
- Santos, C. M. C., Pimenta, C. A. M., & Nobre, M. R. C. (2007). The PICO strategy for the research question construction and evidence search. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, 15(3), 508-511. <https://doi.org/10.1590/S0104-11692007000300023>
- Sarti, C. A. (2004). O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. *Revista Estudos Feministas*, 12(2), 35-50. Recuperado de: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v12n2/23959.pdf>
- Severi, F. C. (2017). Legislação familiar soviética e utopias feministas. *Direito e Práxis*, 8(3), 2295-2313. <http://dx.doi.org/10.1590/2179-8966/2017/30067>
- Sierra, I. C. J., & Alviar, H. (2015). “Family” as a legal concept. *Estudios sobre feminismo y género*, (15), 91-109. Recuperado de: <http://www.scielo.org.co/pdf/recs/n15/n15a05.pdf>
- Silva, E. G., Nogueira, M. C., & Neves, A. S. A. (2010). (Re) Conciliação dos usos do tempo: Imigração, Género e Trabalho-Família. *Psico*, 41(4), 455-461. Recuperado de: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/view/8312/5950>

- Tarducci, M. (2013). Adopción y parentesco desde la antropología feminista. *La Ventana – Revista de estudios de género*, 4(37), 106-145. Recuperado de: http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1405-94362013000100006
- Timm, F. B., Pereira, O. P., & Gontijo, D. C. (2011). Psicologia, violência contra mulheres e feminismo: em defesa de uma clínica política. *Revista Psicologia Política*, 11(22), 247-259. Recuperado de: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2011000200005&lng=pt&nrm=iso
- Torralbo, H. G. (2013). La producción científica sobre la familia en Chile: Miradas desde la antropología feminista. *La Ventana – Revista de estudios de género*, 4(38), 88-119. Recuperado de: http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1405-94362013000200005&lng=es&nrm=iso

Recebido em 02/04/2020

Aceito em 02/09/2022